

## **Contributo para a consulta pública sobre a revisão específica do RGIC**

### **PORTUGAL**

De uma forma geral, consideramos que a proposta de revisão do RGIC que é agora submetida a 2ª consulta pública vem ao encontro das preocupações manifestadas de Portugal devido à supressão de várias definições que nos suscitavam preocupações, como definições em matéria I&D, banda larga, e definições de PME e empresas de média capitalização inovadoras que não se adaptavam ao setor do turismo.

Além disto, reiteramos que as alterações propostas no RGIC são fundamentais para a alavancagem do financiamento público no domínio da ciência e tecnologia e da cooperação territorial europeia.

Não obstante esta apreciação global positiva, apresenta-se um comentário de ordem geral relativamente ao tratamento de setores específicos das Regiões Ultraperiféricas (RUP), na sequência do anterior exercício de revisão do RGIC de 2017, e alguns comentários específicos relativos ao exercício de revisão em curso.

Assim consideramos, em primeiro lugar, que a última revisão do Regulamento Geral de Isenção por Categorias (RGIC), operada pelo Regulamento (UE) 2017/1084 da Comissão, de 14 de junho, assenta no reconhecimento da necessidade do alargamento do espectro de aplicabilidade deste Regulamento, nomeadamente às Regiões Ultraperiféricas. Neste sentido, entende-se que o artigo 13.º, alínea c), do referido Regulamento é inconsistente com a nova redação do seu artigo 1.º, n.º 3, alíneas a), b) e c), e com toda a filosofia de clarificação e simplificação anunciada pela Comissão, particularmente no caso das RUP.

Mais se entende que o âmbito alargado deste novo Regulamento, designadamente nos setores das pescas e agricultura, deveria pressupor a devida consideração destes dois setores ao longo de todo o articulado do diploma, o que não se verifica. Assim, por forma a colmatar a contradição que aqui se considera, sugere-se que referências ao setor da transformação e da comercialização da pesca e aquicultura e ao setor de produção agrícola primária sejam adicionadas ao artigo 13, seção (c) do RGIC, na sua redação atual.

Apresentam-se, de seguida, comentários específicos sobre o presente exercício de revisão:

#### **Artigo 1º (2) na versão PT (cremos que se trata de um erro de numeração visto que se trata efetivamente do artigo 1º (3))**

É nossa opinião que a redação do artigo 4º, alínea f) não é suficientemente clara, por relação ao disposto no artigo 20º alterado e novo artigo 20º-A. Há um erro na versão portuguesa porque o artigo 1º (3) é referido como artigo 1º(2).



Artigo 1º (7) da versão PT– Há um erro na versão portuguesa no nº2 do artigo 9º porque a grelha referida como 0,06 -05 (apenas para a produção agrícola primária) deveria ler-se 0,06-0,5 (apenas para a produção agrícola primária).

Artigo 1º (13) e (14) na versão PT- artigo 20º alterado e novo artigo 20º-A

Não é para nós clara a proposta de redação do artigo 20º e do novo artigo 20º-A, importando também clarificar a fronteira existente entre eles.

Além disto, o artigo 20.º continua sem apresentar uma solução adequada, dada a especificidade dos projetos INTERREG, à aplicação nos casos de operações complexas que envolvam vários setores, vários tipos de beneficiários, e várias intensidades de apoio público.

Artigo 1º (17) na versão PT

Comentários ao artigo 56º-E

No nº2 a) iii) defendemos que a percentagem de 25% a cargo do beneficiário é demasiado alta.

No nº 3 a) relativo a auxílios à produção de energia e às infraestruturas energéticas dispõe que, relativamente ao armazenamento de energia, apenas os auxílios aos projetos incluídos na lista de projetos de interesse comum serão considerados e, no que respeita aos projetos não relacionados com o armazenamento, são concedidos auxílios “a redes inteligentes, projetos em que participe mais do que um Estado-Membro, projetos incluídos na lista de projetos de interesse comum ou projetos em zonas assistidas.”

Face à evolução que se perspetiva para o armazenamento de energia parece não ser de limitar o âmbito de aplicação do RGIC a Projetos de Interesse Comum. Por outro lado, a listagem de tipologias de projetos não relacionados com o armazenamento também poderá ser estendida a outras tipologias de projetos.

No nº5 a) iii) da proposta refere-se que apenas podem ser concedidos auxílios a material circulante apenas para a prestação de serviços não abrangidos por um contrato de serviço público nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 e que apenas abrangem novos operadores. Do nosso ponto de vista, esta restrição que apenas beneficia novos operadores, o que poderá introduzir uma distorção de concorrência relativamente aos incumbentes.

Gostaríamos também de ver clarificado o conceito de “combustível alternativo” referido no nº5 a) V) e de conhecer a razão da restrição aos transportes urbanos referida no nº5 a) IV)